

LEI N.º 2.177 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2.003.

“DISPÕE SOBRE DOAÇÃO COM ENCARGOS DE TERRENO URBANO DA MUNICIPALIDADE A EMPRESA S. DE F. PENHA SILVA PARAPUÃ ME, CNPJ/MF01.803.694/0001-68 INSCRIÇÃO ESTADUAL N.º 509.059.606.119, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CECÍLIA RIBEIRO DUARTE DE OLIVEIRA, *Prefeita Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, APROVOU e ela SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:-*

***Artigo 1º** - Fica a Prefeitura Municipal de Parapuã, autorizada a fazer a doação com encargos de um terreno urbano, com área de 1.200,00 M², de propriedade do município, a Empresa **S. DE F. PENHA SILVA PARAPUÃ ME**, CNPJ/MF01.803.694/0001-68 Inscrição Estadual N.º 509.059.606.119, cuja área destinar-se-á a expansão da empresa com a atividade de Comércio de Tecidos e Confeções de roupas sob medida, com construção de um galpão e dependências com 356,94 M².*

***Parágrafo Único:-** A área do terreno de que trata este artigo foi avaliada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), cujo memorial descritivo anexo fica fazendo parte integrante desta Lei, contendo as seguintes medidas e confrontações:- Na frente 15,00 metros com a Marginal que liga a cidade a SP 294; de um lado, do lado direito de quem olha de frente com o terreno, 80,00 metros com área da municipalidade; do outro lado, do lado esquerdo de quem olha de frente para o terreno, 80,00 metros com área da municipalidade e finalmente aos fundos mede 15,00 metros com área da Casul, totalizando uma área com 1.200,00 M².*

***Artigo 2º** - O donatário terá o prazo de 01 (um) ano, a partir da publicação da Lei Municipal autorizatória da doação da área, para conclusão da obra, instalação e funcionamento da atividade mencionada no “caput” do artigo 1º.*

***Parágrafo Único :-** O não cumprimento do prazo previsto no “caput” o imóvel reverterá à administração doadora ficando a critério do Legislativo a concessão e fixação de novo prazo.*

***Artigo 3º** - A lavratura da escritura definitiva de doação somente será outorgada ao donatário quando do início das atividades previstas nesta lei.*

***Artigo 4º** - Da escritura de doação deverá constar cláusulas expressa de que o donatário poderá alienar por atos “Inter-Vivos” e transferir sucessão legítima ou testamentária, inclusive admitir hipoteca e qualquer outro gravame, sempre salvaguardando o prazo de 05 (cinco) anos de funcionamento das atividades sob pena de reversão ao Patrimônio Municipal.*

LEI N.º 2.177 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2.003.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, 17 de dezembro de 2.003.

CECÍLIA RIBEIRO DUARTE DE OLIVEIRA

*Prefeita Municipal
Parapuã*

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

NADELSON PEDRO DO ESPÍRITO SANTO

Chefe de Seção de Expediente